

Capítulo 11

O DESENVOLVIMENTISMO, OS POVOS
INDÍGENAS E O MEIO AMBIENTE*Cristiano Antônio Pochmann**Carlos Renato Carola*DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/educh11>

Tanto os povos indígenas quanto o meio ambiente sempre foram temas relegados nos livros didáticos de história. Atualmente, devido a mudanças ocasionadas por legislações específicas, como, por exemplo, as normas de escolhas de livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), essas temáticas acabaram sendo incluídas. Contudo, entre as décadas de 1960 e 1980, momento em que o país esteve sob o comando dos governos militares, essa temática não era retratada. Pior ainda era o entendimento que se tinha com relação ao que deveria ser feito com os povos indígenas e a preservação do meio ambiente, constatação que pode ser observada nos livros didáticos produzidos nesses anos.

Analisando as obras didáticas produzidas e distribuídas durante o governo militar e levando em consideração o modelo desenvolvimentista da época, é essencial que seja feita uma análise conjunta do que ocorreu com os povos indígenas e o meio ambiente, bem como acerca do entendimento dos governos sobre esses dois assuntos, uma vez que ambos estão intrinsecamente ligados. Faz-se necessário ter em vista que a preservação dos povos indígenas, de sua cultura e de suas formas de vida são aspectos que, entre outros, estão correlacionados com a preservação do meio ambiente e, principalmente, do meio em que eles vivem.

A oferta de livros didáticos para empréstimos em bibliotecas públicas, principalmente aquelas que dizem respeito ao período envolvido neste estudo, é quase nula. Dessa forma, para podermos analisar quais imagens constavam nos livros didáticos, foi necessário, muitas vezes, recorrer à compra de exemplares em Sebos. Outro fator relevante para a contextualização deste estudo é o fato de que, no período do recorte temporal, ou seja, entre os anos de 1964-84,

VOLTAR AO SUMÁRIO

nosso parque gráfico não tinha condições técnicas para apresentar, nos livros didáticos, imagens coloridas ou até mesmo fidedignas com o que se tentava apresentar. Podemos exemplificar essa constatação com a seguinte imagem:

Figura 1 – Parque gráfico



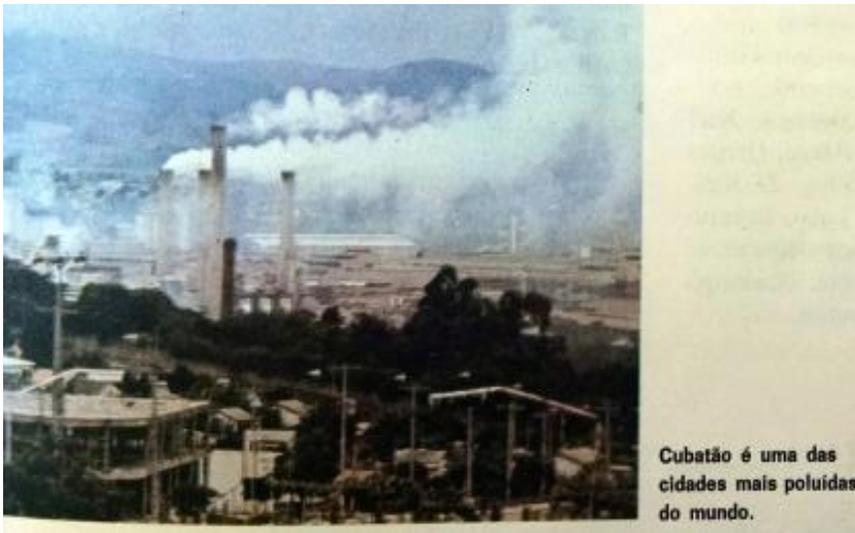
Fonte: Boni (198-).

Nesse sentido, primeiramente analisamos o conteúdo histórico apresentado no livro didático em busca de conteúdos referentes ao período da Ditadura militar no Brasil. Após essa análise, buscou-se separar as imagens que retratavam imagens do desenvolvimento, sejam elas relacionadas a programas econômicos, obras de infraestruturas, ou problemas sociais ligados à política econômica implementada durante a ditadura militar. É importante destacar que as obras produzidas no início da ditadura militar ainda não continham muitas informações sobre esse período. Inversamente ao início, as obras editadas ao final da ditadura militar apresentavam um aumento significativo de imagens de obras de infraestrutura.

Buscou-se também imagens relacionadas aos povos indígenas e temáticas relacionadas ao meio ambiente. O que se percebeu é que as imagens apresentadas nos livros didáticos em momento algum relatam sobre a política governamental com relação aos povos indígenas e ao meio ambiente. Com

relação ao meio ambiente, apenas um autor, dentre as obras analisadas, apresenta alguma discussão. Na obra *História do Brasil: 6º série*, o autor Osvaldo Rodrigues de Souza traz uma pequena imagem referente à cidade de Cubatão. Um fato importante a ser destacado é o momento em que esse livro foi editado (1984), momento em que o país já vivia um processo de redemocratização, abrindo espaços para questionamentos que, até então, não eram possíveis tendo em vista a máquina repressiva implantada pelos governos militares.

Figura 2 – Cubatão



Fonte: Souza (1984).

As imagens, como fontes históricas, devem ser usadas no dia a dia da sala de aula. Contudo, ao serem analisadas, deve-se ter noção de que, talvez, a realidade do período não esteja fidedignamente retratada, uma vez que pode estar mascarada por refletir a concepção de quem a produziu ou do editorial do meio de comunicação utilizado

No esforço de interpretação das imagens fixas, acompanhadas ou não de textos, a leitura das mesmas se abre em leque para diferentes interpretações a partir daquilo que o receptor projeta de si, em função do seu repertório cultural, de sua situação socioeconômica, de seus precon-

ceitos, de sua ideologia, razão por que as imagens sempre permitirão uma leitura plural. (KOSSOY, 2001, p. 115).

Buscou-se também, entender a política indigenista e ambientalista dos governos militares apresentadas nas obras didáticas produzidas durante esses governos, pois, por meio delas, podemos observar que essas temáticas estão ligadas ao modelo desenvolvimentista implantado pelos militares. Ao estudar a formação do modelo de desenvolvimento do país, por meio da análise dos livros didáticos editados durante o período do governo militar no Brasil, observa-se que o entendimento do governo e, conseqüentemente, as medidas adotadas por ele resultam na falta de preocupação com a sustentabilidade do meio ambiente e a preservação da vida dos índios.

De um modo geral, pode-se afirmar que, nas décadas de 60, 70 e 80, a discussão referente a esse assunto ainda estava restrita a setores minoritários da população. Não havia preocupação com a preservação, tanto da natureza quanto dos povos indígenas. No Brasil, alguns pensadores e indigenistas já traziam à tona discussões referentes aos direitos das tribos indígenas na década de 1950. Cita-se, como exemplo, Darcy Ribeiro, que produziu várias obras, tais como *Culturas e línguas indígenas do Brasil*, editada no ano de 1957, bem como, *A política indigenista brasileira*, no ano de 1962, entre tantos outros livros e ensaios. Outras importantes discussões e estudos foram realizados pelos irmãos Villas-Bôas, que, juntamente com Darcy Ribeiro e outros indigenistas, foram os responsáveis pela criação do Parque Nacional do Xingu. A criação desse parque foi de extrema importância, tendo em vista a preservação da vida, da cultura e dos costumes de várias tribos indígenas.

Questões ligadas à proteção da população indígena no país já podiam ser encontradas na Constituição de 1934, que

estipulou que a política indigenista seria uma atribuição do governo federal, disposição que seria mantida nos textos de 1937 e 1946. Foi entre 1940 e 1957 que o Serviço de Proteção aos Índios conheceu o auge do seu prestígio institucional. Durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), o governo brasileiro promoveu a “Marcha para o oeste”, que visava à incorporação territorial e econômica de áreas no Brasil Central – os atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins, além do

sul do Pará – e das populações sertanejas e indígenas que ali habitavam (MARTINEZ, 2011).

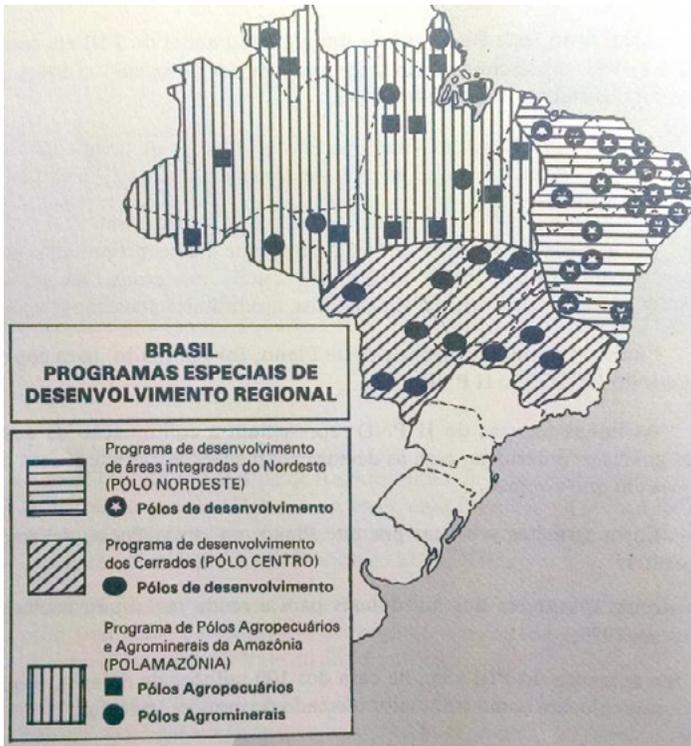
Apesar de já existir uma política indigenista desde a constituição de 1934, o Brasil, por meio dos governos militares, impôs um duro golpe nessa questão. As tribos indígenas eram vistas como empecilhos para o desenvolvimento da nação brasileira. Assim, faz-se necessário discutir a real intenção dos governos militares ao implantar programas desenvolvimentistas no centro-oeste, norte e nordeste do país.

O “capitalismo selvagem” caracterizou aqueles anos e os seguintes, como seus imensos projetos que não consideravam nem a natureza nem as populações locais. A palavra “ecologia” mal entrara nos dicionários e a poluição industrial e dos automóveis parecia uma benção. No governo Médici, o projeto da Rodovia Transamazônica representou um bom exemplo desse espírito. Ela foi construída para assegurar o controle brasileiro da região – um eterno fantasma na óptica dos militares – e para assentar em agrovilas trabalhadores nordestinos. Após provocar muita destruição e engordar as empreiteiras (FAUSTO, 2001, p. 488).

Para melhor compreender a ideologia vigente no período analisado, ou seja, as décadas em que o Brasil era governado pelos militares, e, conseqüentemente, o pensamento que esses governos tinham sobre os povos indígenas e o meio ambiente, é preciso compreender um pouco acerca da Ideologia Desenvolvimentista implantada por esses governos, a qual está presente em várias obras didáticas. Essa ideologia tinha por base aumentar a demanda do consumo, desenvolver a indústria nacional e integrar, através da construção de estradas, um país com extensão territorial continental. Desse modo, várias decisões governamentais foram retratadas pelos diversos autores de livros didáticos analisados.

Em sua grande maioria, os autores apresentaram as medidas tomadas pelos governantes ditatoriais de uma maneira muito branda, um exemplo são as discussões referentes aos Atos Institucionais, os programas Desenvolvimentistas e suas conseqüências.

Figura 3 – Programas de Desenvolvimento



Fonte: Lucci (1978).

Ademais, os relatos apresentados por Lucci (1978), cujo livro exhibe o mapa do Brasil com as divisões dos programas que deveriam ter sido executados nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, destacando que essas são as áreas do Brasil que menos receberam investimentos referentes ao processo de desenvolvimento industrial, também podem ser apontados como exemplo. O autor destaca o **Polamazônia** que, segundo ele, tem o objetivo de:

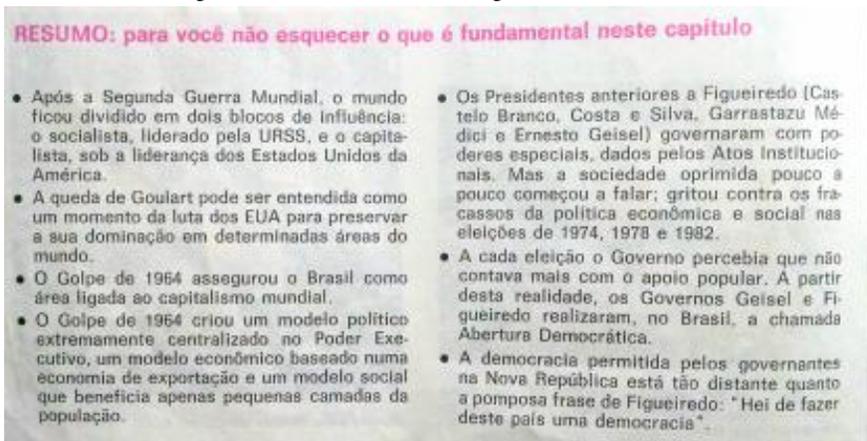
Elevar o número de cabeças de gado que compõe o rebanho da Amazônia, bem como programar o desenvolvimento de lavouras selecionadas, principalmente as de caráter permanente, e ainda criar uma infraestrutura necessária ao desenvolvimento da região através de polos de desenvolvimento econômico, agropecuário e agrominerais (LUCCI, 1978, p. 231).

Ao analisar os objetivos dos programas governamentais para essas regiões, percebe-se a intenção do governo de estimular a agricultura e a mineração com o intuito de proporcionar um salto no crescimento econômico. Pode-se incluir nesses projetos governamentais a Transamazônica e as estradas que vieram a ser criadas pelos governos civil e militar, com a justificativa de integrar a parte menos habitada do Brasil com o restante do país.

Ao contrário do que a grande maioria dos autores apresentou nos livros didáticos, acredita-se que essas medidas tinham um caráter puramente econômico, muitas com o objetivo de beneficiar empresas interessadas em explorar os minérios que se encontram nessas regiões, abrir espaço para a criação de gado e prospectar madeira, sem a menor preocupação com a degradação ambiental e étnica. Acredita-se que o modelo desenvolvimentista utilizado pelos governos militares tinha um viés puramente econômico, que não levou em conta as questões ambientais e étnicas dos povos indígenas que residiam em áreas que acabaram sendo desmatadas para construção de estradas, mineração ou a tentativa de implementação de um sistema de pastoril em grandes latifúndios de terras desmatadas.

Com o processo de redemocratização do país, em meados de 1984, percebemos os primeiros sinais de mudança editorial nos livros didáticos.

Figura 4 – Síntese crítica ao regime militar de 1964



Fonte: Dantas (1984).

Mesmo que timidamente e sem discussões muito aprofundadas sobre o Golpe de 1964, Dantas (1984) traz em seu livro a expressão Golpe. Apesar de a obra ter sido editada no final do governo militar e o país estar vivendo a busca pela redemocratização, ainda estávamos sob presidência dos militares, que por muitos anos comandaram e, até mesmo, proibiram qualquer conteúdo que pudesse ir de encontro aos seus interesses. Por essas questões, a palavra Golpe, que consta no livro, é tão importante e, até mesmo, desafiadora. Principalmente, no contexto da imagem apresentada em sequência:

Figura 5 – Diretas já



Fonte: Dantas (1984).

Algo importante que também precisa ser destacado, para além das imagens e conteúdos encontrados nos livros didáticos, é aquilo que não encontramos, ou seja, discussões envolvendo o meio ambiente e os povos indígenas, e o fracasso econômico. Sobre o último encontramos uma imagem que apresenta uma reflexão sobre os problemas sociais e econômicos, produzidos pelos governos pós 1964:

Figura 6 – Problemas Sociais



Fonte: Dantas (1984).

Já com relação aos povos indígenas, não encontramos, nos livros didáticos, relatos, imagens e conteúdos acerca da invasão de terras indígenas para construção de estradas, mineração, para o manejo do gado ou o corte de árvores; questões relacionadas a essas iniciativas só puderam ser discutidas ao se apropriar da leitura da obra *Vítimas do Milagre*, de Shelton H. Davis (1978). Em seu livro, o autor retrata os etnocídios causados pelas doenças como gripe e tuberculose, doenças transmitidas aos povos indígenas, muitas vezes, por intermédio de fazendeiros que levavam pessoas já doentes para o convívio das tribos; pela forma de demarcação das poucas reservas indígenas; e, até mesmo, pelo programa de proteção dos povos indígenas, que demarcava terras para as tribos, sem levar em consideração a etnia, e que, na realidade, servia como forma de proteger terras ricas em minérios.

Davis (1978) apresenta uma visão completamente diferente dos livros didáticos, retratando a realidade da devastação das florestas e a dizimação de várias tribos indígenas e suas culturas, bem como o extermínio proporcionado pelos governos que buscavam um pseudodesenvolvimento. Segundo Davis (1978, p.15), “as doenças, a morte e o sofrimento humano, que se desencadearam sobre os índios nos últimos anos, são o resultado direto da política de desenvolvimento econômico dos Governos Militares”.

O Brasil fornece um dos mais claros exemplos modernos de um país onde os direitos das comunidades indígenas foram sacrificados em nome dos interesses maiores do desenvolvimento nacional.

Gigantescos projetos rodoviários, de mineração e de pecuária foram planejados para atravessar territórios dos índios na Amazônia Brasileira, e em seu rastro trouxeram doenças, morte e destruição cultural para as tribos indígenas (DAVIS, 1978, p. 12).

Até mesmo os órgãos criados para desempenhar um papel de proteção e ajuda junto às tribos indígenas, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), acabaram por se corromper. Entre 1970 e 1974, a política indigenista brasileira tornou-se cada vez mais comprometida com a política global de desenvolvimento econômico do regime militar brasileiro: “Durante esse período, a FUNAI passou a ser a principal cúmplice nos processos de etnocídio desencadeados contra as tribos da Bacia Amazônica” (DAVIS, 1978, p. 12).

Se a FUNAI, órgão criado para defender e proteger os povos indígenas, tornou-se aliada dos processos de destruição de várias tribos e de suas culturas, muitos de seus diretores também seguiram esse preceito. Muitos dos dirigentes da FUNAI acreditavam que os índios deveriam ser “domesticados”, tanto que, em entrevista, o Presidente da Funai afirma: “Minha tarefa será a de integrar o índio na sociedade nacional porque é impossível deter o processo de desenvolvimento do país com o argumento de que os índios deveriam ser protegidos e mantidos em seu estado puro” (OLIVEIRA, 1974 *apud* DAVIS, 1978, p. 118).

Ora, além de o próprio presidente da FUNAI afirmar que os índios não podem ser um empecilho para o desenvolvimento do país, no momento em que esses sujeitos entram em luta pela defesa de seus territórios contra a invasão dos brancos, um diretor da mesma fundação afirma:

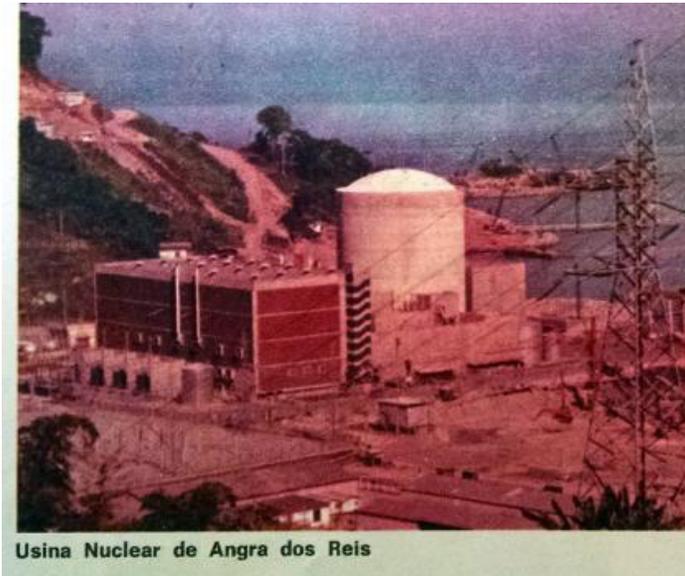
[...] a tradicional estratégia de pacificação utilizada havia fracassado e que chegaria a hora de usarem meios mais diretos, tais como dinamite, granadas, gás lacrimogêneo e rajadas de metralhadoras para dar aos índios uma demonstração da força da nossa civilização, [...], essa

demonstração de força, [...] expulsaria os índios de seus esconderijos e abriria caminho para a construção de estradas (DAVIS, 1978, p. 127).

Muitas das medidas tomadas pela FUNAI tinham como plano de fundo proteger o capital privado, tanto nacional quanto estrangeiro, que investiam naquele momento recursos financeiros na região amazônica. A construção de estradas com o pretexto de integrar o País era na realidade uma desculpa para facilitar o escoamento de minerais extraídos da Amazônia, da madeira retirada da selva Amazônica e do gado que começava a ser criado nas áreas recentemente degradadas. Toda essa devastação ocorria em virtude do desmatamento de extensas áreas de mata nativa. Não houve nenhuma preocupação em termos de preservação da cultura indígena e do meio ambiente. O que importava, naquele momento, era o lucro que se poderia obter, tanto que as medidas, sob responsabilidade da FUNAI, com relação aos povos indígenas eram: primeiramente, integrar as tribos indígenas à sociedade nacional brasileira o mais rápido possível; e, segundo, garantir que essas tribos não sirvam de obstáculo ao progresso nacional e ao desenvolvimento econômico (DAVIS, 1978).

Observa-se que o discurso do desenvolvimentismo encontrado nos livros didáticos é apresentado como forma de alavancar o crescimento do País. Poucas são as obras analisadas que trazem, em seus textos, alguma crítica ou algum esboço mostrando a devastação, tanto da natureza quanto dos povos indígenas. O que foi retratado nos livros didáticos foram visões, muitas vezes, positivas dos projetos econômicos e de integração, que tinham como meta abrir estradas para os empresários interessados em explorar o País, portanto, enriquecendo uma pequena parte da população, enquanto a grande maioria ficou à margem do processo de desenvolvimento. Um exemplo claro de imagem relacionada a esse processo desenvolvimentista, são as obras de infraestrutura, tais como pontes, estradas ou de usinas nucleares que tiveram o início de suas construções em meio a ditadura militar.

Figura 7 – Angra dos Reis



Fonte: Souza (1984).

Para tentar abrandar o processo que envolveu a FUNAI e seus servidores com relação ao ato de “civilizar” os povos indígenas, ou seja, destruindo a cultura, o governo federal criou a Guarda Rural Indígena (GRI), com o objetivo de substituir o homem branco no controle social das tribos indígenas. Após algum tempo, a FUNAI passou a receber denúncias contra a GRI, relacionadas a crimes contra os índios, como estupro e espancamento (TV FOLHA, 2012).

Além da criação da GRI, há denúncias relacionadas à criação, no estado de Minas Gerais, de prisões para onde eram encaminhados os índios que não se enquadravam nas normas da FUNAI. Muitos deles, ao chegarem às prisões, eram torturados, confinados em solitárias e, muitas vezes, passavam fome. Há, ainda, um vídeo que apresenta a formatura dos índios da GRI. Nesse vídeo, é exposto o desfile da tropa de índios, que, em um determinado momento, apresentam um homem preso no pau de arara, método de tortura usado pelo governo civil-militar para obter testemunhos dos presos políticos (AGÊNCIA PÚBLICA, 2013).

Esses processos de tortura, criação da GRI ou outra medida relacionada aos povos indígenas não são relatados nas obras didáticas analisadas.

Na realidade, há pouca ou quase nenhuma informação relacionada à questão indígena. Os povos indígenas, de certa forma, são apresentados no início da história do Brasil, ou seja, a história dos povos indígenas é normalmente retratada no momento em que os livros didáticos apresentam conteúdos relacionados à Transamazônica, ou algum programa de desenvolvimento, como o Polamazônia.

Nesse contexto, observa-se que, ao longo do tempo, pouco mudou com relação ao pensamento da população perante as tribos indígenas. Muito disso se deve ao livro didático que, ano após ano, perpetuou uma visão distorcida das comunidades indígenas, pois:

os equívocos e preconceitos construídos ao longo da História brasileira em relação aos/as índios/as ainda continuam presentes em nossa sociedade, em grande parte tendo o livro didático de História como principal veiculador de ideias pejorativas (SILVA, 2014, p. 13).

Assim como o livro didático, a escola, por vezes, também não assume seu papel de educadora e formadora de cidadãos conscientes, pois ela também acaba repassando aos seus alunos conceitos distorcidos referentes à vida e à cultura das tribos indígenas, sendo que:

a pouca atenção dada à questão indígena pela historiografia brasileira é um claro indício da existência de sérios vícios teóricos e metodológicos presentes na maneira corrente de escrever-se a história do processo de ocupação e colonização territorial (LOSADA, 2001, p. 88).

Apesar dos avanços que as tribos indígenas obtiveram ao longo dos anos com relação aos seus direitos, sejam eles de acesso à saúde, educação, de preservação de sua história, costumes e até mesmo de suas terras, ainda se encontram visões distorcidas sobre o seu cotidiano. Como relatado anteriormente, a escola e os livros didáticos apresentam os grupos indígenas somente em seu encontro com o homem branco, como se, até aquele momento, não existisse ninguém vivendo no País

Ao longo de vários séculos, os grupos indígenas foram escravizados, assassinados, muitos perderam sua cultura, língua e costumes. Tudo isso por um processo de exploração, muitas vezes mascarado com o nome de desenvolvimento. Vale lembrar que vários governantes, que chegaram ao poder após o golpe de 1964, viam os grupos indígenas como empecilhos para o crescimento do país.

Ainda assim, os livros didáticos analisados neste capítulo não apresentaram nenhuma discussão que envolvesse tanto as tribos indígenas quanto a conservação do meio em que viviam. Alguns poucos relatos sobre esses grupos étnicos estão presentes. Na verdade, a discussão serve como pano de fundo, já que a discussão gira, de fato, em torno das grandes obras desenvolvimentistas. Para além desses momentos, os povos indígenas são esquecidos pelos livros didáticos e pela escola.

Um importante documento que demonstra a intrínseca ligação entre povos indígenas e a preservação do meio ambiente é o Primeiro Relatório do Comitê Estadual da Verdade – O Genocídio do Povo Waimiri-Atroari, que, apesar de não se tratar de um livro didático, corrobora o que foi discutido até o momento, ou seja, a falta de discussões nos livros didáticos produzidos entre os anos de 1969 e 1989, período em que se instalou no país uma ditadura militar. Nesse relatório, encontramos relatos de povos indígenas e documentos oficiais que demonstram o entendimento do “vazio demográfico” encontrado na região amazônica, apesar de ali viver centenas de povos indígenas com culturas e costumes variados e que necessitavam e necessitam que o meio ambiente esteja preservado.

Em um dos relatos dos indígenas, ocorre a narrativa sobre a implantação da BR-174 e a conseqüente devastação de sua aldeia.

Sua aldeia foi uma das primeiras a ser atropelada pela BR-174. Nenhum civilizador invasor o contactou para informar sobre os objetivos da estrada. A comunidade indígena via a sua floresta sendo comida por enormes e barulhentas máquinas. Maiká resolveu resistir. Não conseguindo deter aqueles homens e suas máquinas e não sabendo o rumo e nem o objetivo daquela gente agressiva, foi reconstruindo a sua aldeia, sempre de novo sobre o futuro leito da estrada. (Comitê da Estadual da Verdade, 2012, p.17).

A falta de relatos envolvendo os povos indígenas e o meio ambiente nos livros didáticos é substituída por imagens de obras faraônicas e que, supostamente, trariam o desenvolvimento para a população brasileira. Hoje, apesar dessas imagens tentarem retratar um país em crescimento, percebemos que esse desenvolvimento e crescimento econômico não foi real e que, muitas vezes, as obras retratadas nos livros didáticos, como exemplo a Transamazônica, serviram de pano de fundo para outras atividades. Muitas dessas estradas construídas para ligar o País e estão retratadas nos livros didáticos acabaram sendo utilizadas como forma de extermínio de povos indígenas, desmatamento e para a retirada dos recursos naturais. A partir do Relatório do Comitê Estadual da Verdade, tomando novamente a BR-174 como exemplo, percebe-se que a construção ocorreu com vistas a atender a anseio de empresários.

A rodovia BR-174 é hoje a principal ligação entre Manaus e Boa Vista. Entretanto, entretanto os documentos do início da sua construção comprovam que o objetivo do governo militar era outro, ou seja, o acesso às minas de Pitinga, seguidos de interesses em fotos de energia e ocupação de uma área considerada pelo governo e empresários “vazio demográfico”. (Comitê da Estadual da Verdade, 2012, p.17).

Há uma série de relatos que trazem à tona o pensamento da época com relação ao meio ambiente e os povos indígenas, ou seja, o meio ambiente serve de matéria prima para desenvolver o país, sem se preocupar com o meio ambiente e os problemas causados pela falta de cuidados e exploração descontrolada e seus futuros prejuízos, tais como falta de chuvas, aumento da temperatura mundial, entre tantos outros problemas que afetam a população atual. Os povos indígenas eram vistos como pessoas que estavam atrapalhando o desenvolvimento nacional. Para respaldar esse pensamento, segue texto por meio do qual o Governador do Amazonas protesta pelo pedido de interdição de uma área envolvendo FUNAI, a construção da BR-174 e povos indígenas:

Em 1968, o Governador do Amazonas, Danilo Duarte de Matos Areosa, em mensagem ao Ministro Alguquerque Lima protestava contra pedido da FUNAI de interdição da área, como “medida absurda”. Pedia providências para

garantir “a construção da estrada através do território indígena, a qualquer custo”, considerando o índio um inútil, que precisava “ser transformado em ser humano útil à Pátria. E prosseguia, ocupam as áreas mais ricas de nosso Estado, impedindo a sua exploração, com prejuízos incalculáveis para a receita nacional, impossibilitando a captação de maiores recursos para a prestação de serviços públicos. E em 1975, o Governador de Roraima, Fernando Ramos Pereira, declarou: Sou da opinião que uma área rica como essa não pode se dar ao luxo de conservar meia dúzia de tribos indígenas atravancando o seu desenvolvimento. (Comitê da Estadual da Verdade, 2012, p.21).

Trata-se de um relato que traduz o entendimento da época, ou seja, a necessidade de desenvolvimento do País a qualquer preço, usando os recursos naturais como se fossem algo infinito e os povos indígenas como sendo seres que atrapalham esse objetivo. As entrevistas de chefes e diretores da FUNAI informam que os povos indígenas não poderiam atrasar o desenvolvimento do País e que, caso fosse necessário, seria usado dinamite para controlar e demonstrar ao índio o poder de uma sociedade moderna, uma sociedade calçada no ideário de destruição da natureza em busca de riqueza que seria revertida para uma pequena parte da sociedade brasileira.

Por fim, deve-se destacar o papel da escola e, conseqüentemente, do livro didático, que, naquele momento, foram reprodutores de uma ideologia baseada no capital, sem a preocupação com o bem-estar da população, a distribuição de renda e a preservação do meio ambiente. Nesse contexto, observamos que o modelo de desenvolvimento encontrado nos livros didáticos analisados está intrinsicamente ligado a um modelo de construção de obras faraônicas, expansão das estradas em todos os cantos do mapa do Brasil e, principalmente, a uma política desenvolvimentista que buscava aumentar os dados econômicos do país, utilizando-se de dados como o Produto Interno Bruto e a Renda Per Capta.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PÚBLICA. *Ditadura criou cadeias para índios com trabalhos forçados e torturas*. 2013. Disponível em: <http://www.historiailustrada.com.br/2014/04/a-ditadura-militar-manteve-indios.html#.U8uu5Fb_w6I>. Acesso em: 30 de jun. de 2020.

BONI; BELLUCI. *História do Brasil: Império e República*. São Paulo: FTD, [198-].

COMITE ESTADUAL DA VERDADE. *1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade O Genocídio do Povo Waimiri-Atroari*. 2012. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/r_cv_am_waimiri_atroari.pdf> Acesso em: 30 de jun. de 2020.

DANTAS, J. *História do Brasil: 1º Grau*. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

DAVIS, S. H. *Vítimas do Milagre. O desenvolvimento e os Índios no Brasil*. Trad. Alexandre Faure Pontual. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1978.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. 9ª. Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2001.

KOSSOY, B. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. LITZ, G. V. O uso da imagem no ensino de história, 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1402-6.pdf>>. Acesso em: 30 de jun. de 2020.

LOSADA, V. M. M; *Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica. Diálogos Latino-americanos*, 2001, n. 3, p. 87-113. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/162/16200304.pdf>>. Acesso em: 30 de jun. de 2020.

LUCCI, E.A. *TDMC, Trabalho Dirigido de Moral e Civismo 2º grau*. São Paulo: 1978.

MARTINEZ, P. Política Indígena. *Revista de História*, Rio de Janeiro, 14 de abr. 2011. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20160414044647/http://rhbn.com.br/secao/artigos-revista/politica-indigena>>. Acesso em: 30 de jun. de 2020.

SILVA, P. R. A (In)visibilidade indígena no livro didático de História do ensino médio. In: *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científicas*. Rio de Janeiro: Anpuh, 2014. p. 1-15.

SOUZA, O. R. *História do Brasil: 6ª série*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1984.

TV FOLHA. *Vídeo Sugere que Ditadura Ensinou Indígenas a Torturar*. 2012 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=H0s4m1WQNmg>>. Acesso em: 30 de jun. de 2020.